



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



Processo nº: 34.798/06

Apenso nº: 4.628/14

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF

Assunto: Licitação

Órgão Técnico: Secretaria de Acompanhamento – SEACOMP

MP: Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Sessão: Pauta nº 9, S.O. nº 5.016, de 20.2.2018

Publicação: DODF nº 32, de 16.2.2018, pág. 29/30

Ementa: Fiscalização dos contratos firmados em decorrência do Edital do Pregão Eletrônico nº 414/2006 – SUCOM/SEF para a prestação de serviços de transporte de alunos da rede pública de ensino do DF (Contratos nºs 34/07, 35/07, 36/07, 38/07 e 39/07).

Determinações à Secretaria de Estado de Educação (Decisões nºs 1.557/11-CIMF, 3.155/11-CIMF e 1.277/12-CIMF). Atendimento parcial.

Audiência dos responsáveis em face das irregularidades constatadas durante a apuração (Decisão nº 2.109/13-CPT). Apresentação de razões de justificativa.

Procedência das respostas oferecidas, revela dos responsáveis silentes, com aplicação da penalidade de multa (Decisão nº 2.772/17-CMM).

Interposição de Pedido de Reexame pelo Sr. Erichson Dias Noronha.

PARECERES CONVERGENTES: desprovimento do recurso.

VOTO de acordo com os Pareceres.

RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame dos seguintes contratos firmados,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6



em decorrência do Pregão Eletrônico nº 414/2006 – SUCOM/SEF¹, pela Secretaria de Estado de Educação para a prestação de serviços de transporte de alunos da rede pública de ensino do DF²:

- a) Contrato nº 34/2007-SEDf celebrado, em 30.5.2007, com a empresa Viagens e Turismo Jovens Ltda., pelo valor de R\$ 8.623.624,68 e prazo de vigência de 12 (doze) meses (fl. 879);
- b) Contrato nº 35/2007-SEDf celebrado, em 30.5.2007, com a empresa Rodopax Transporte e Turismo Ltda., pelo valor de R\$ 477.908,64 e prazo de vigência de 12 (doze) meses (fl. 879);
- c) Contrato nº 36/2007-SEDf celebrado, em 30.5.2007, com a empresa Moura Transporte Ltda., pelo valor de R\$ 2.492.328,96 e prazo de vigência de 12 (doze) meses (fl. 879);
- d) Contrato nº 38/2007-SEDf celebrado, em 5.6.2007, com a empresa Viação Brasil Real Ltda., pelo valor de R\$ 5.191.817,82 e prazo de vigência de 12 (doze) meses (fl. 881);
- e) Contrato nº 39/2007-SEDf celebrado, em 6.6.2007, com a empresa Transporte OK Ltda., pelo valor de R\$ 591.602,88 e prazo de vigência de 12 (doze) meses (fl. 881 e 1345/1351).

2. Importante destacar que as empresas Viagens e Turismo Jovens Ltda. e Rodopax Transporte e Turismo Ltda. solicitaram a dissolução do contrato em razão de dificuldades decorrentes do suposto desequilíbrio financeiro-econômico dos ajustes, conforme documentação de fls. 938/946.

3. Constatadas impropriedades, o Tribunal, acolhendo voto do Conselheiro PAULO TADEU, autorizou a audiência dos responsáveis (Decisão nº 2.109/13, fls. 1446/1447).

4. As respostas oferecidas foram apreciadas na Sessão 8.6.2017, ocasião em que a Corte exarou a Decisão nº 2.772/17-CMM (fl. 1755), **in verbis**:

¹ O Pregão Eletrônico nº 414/2006 – SUCOM/SEF foi apreciado nestes autos em fase anterior.

² Estes contratos (de nºs 34 a 38/07), bem como outros firmados com este objetivo, estão sendo examinados no Processo nº 23.636/10, que cuida da auditoria de regularizada realizada em atenção ao Plano Geral de Ação de 2010.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6



DECISÃO Nº 2772/17 (CMM)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento das razões de justificativa ofertadas pelo Sr. Dalmo Vieira Santos (fls. 1.472/1.475 e anexos de fls. 1.476/1.524) e pela Sr^a. Renata de Melo Monteiro e Silva (fls. 1.525/1.534 e anexos de fls. 1.535/1.612); II – considerar, no mérito: a) procedentes as razões de justificativa ofertadas pelo Sr. Dalmo Vieira Santos e pela Sr^a. Renata de Melo Monteiro e Silva; b) revéis, com fulcro no art. 13, §3º, da Lei Complementar nº 1/1994, os agentes públicos abaixo identificados, por não atenderem à audiência autorizada no item III da Decisão n.º 2.109/2013, retificada pela Decisão n.º 2.731/2013, **aplicando-lhes, em consequência, multa individual no valor de R\$ 17.391,29 (dezessete mil, trezentos e noventa e um reais e vinte e nove centavos)**, com esteio no art. 57, inc. II, da citada Lei Complementar, em razão das impropriedades que lhe foram imputadas nos autos em exame: **1) ao Sr. José Luiz da Silva Valente**, Secretário de Estado da SE/DF à época dos fatos e signatário do Contrato Emergencial n.º 18/2008, pela celebração do referido ajuste com inobservância ao disposto no artigo 24, inciso XI, da Lei n.º 8.666/93, ante a ausência de comprovação de que a empresa classificada em segundo lugar no Pregão Eletrônico n.º 414/06-SUCOM/SEF foi efetivamente convocada e compareceu à SE/DF para firmar, em documento competente, desistência quanto ao remanescente do Contrato n.º 34/2007; **2) ao Sr. Gibrail Nabih Gebrim**, então Chefe da Unidade de Administração Geral e signatário dos Contratos nºs 34/2007 e 35/2007 e do 3º Termo Aditivo ao Contrato n.º 39/2007, pelo indeferimento imotivado do reequilíbrio econômico-financeiro pleiteado nos referidos ajustes e posterior reajustamento tarifário concedido no Contrato n.º 41/2008, que os substituiu, e pela irregularidade na execução do Contrato n.º 39/2007; **3) ao Sr. Erichson Dias Noronha**, então Chefe da Unidade de Administração Geral e signatário dos Contratos nºs 38/2007, 39/2007 e 41/2008, pelo indeferimento imotivado do reequilíbrio econômico-financeiro pleiteado nos Contratos nºs 34/2007 e 35/2007 e posterior reajustamento tarifário concedido no Contrato n.º 41/2008, que os substituiu; III – aprovar, expedir e mandar publicar o acórdão apresentado pelo Relator; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para a adoção das providências devidas. Deixaram de atuar nos autos os Conselheiros RENATO RAINHA, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF, e PAULO TADEU, nos termos do art. 150 do RI/TCDF.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE. Votaram os Conselheiros INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPjTCDF, Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6



5. Em decorrência do decidido, foi lavrado o Acórdão nº 206/17 (fl. 1758).

6. Irresignados, os Srs. Erichson Dias Noronha e Gilbrail Nabih Gebrim interpuseram os Pedidos de Reexame de fls. 1765/1780 e 1811/1818, respectivamente.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

7. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 144/2017 – 2ª DIACOMP (fls. 1824/1841), de 7.11.2017, analisa a matéria nos termos seguintes:

“IV - ANÁLISE

46. Observa-se que os principais argumentos utilizados por ambos os recorrentes são os mesmos, quais sejam: ausência de citação ou citação indireta; e a nulidade dos atos praticados pelo Conselheiro Paulo Tadeu, tendo em vista eventual impedimento suscitado pelos recorrentes. Argumentaram ainda ausência de solicitação formal das empresas para o reequilíbrio econômico-financeiro.

47. Os reclamantes questionam ausência de citação ou citação indireta em relação aos seguintes documentos:

Sr. Erichson Dias Noronha

- Ofício – GP nº 9.638/2013 (fl. 1.677), que encaminha teor do Despacho Singular nº 771/2013, que concede prorrogação de prazo por mais 30 dias para cumprimento da Decisão nº 2.731/2013¹.*
- Ofício nº 11.242/2014 – GP (fl. 1705), que encaminha cópia da Decisão nº 95/2014.*

Sr. Gibrail Nabih Gebrim:

¹ Retifica os itens III e IV da Decisão nº 2.109/2013, conforme Embargos de Declaração protocolizado pelo MPJTCDF: II) dar provimento ao referido recurso para que seja corrigida a decisão embargada, tão somente no sentido de que: 1) a audiência prevista no item III da Decisão nº 2.109/2013 passe a ser fundamentada no “(...) artigo 43, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94 (...)”; 2) a redação do item IV da Decisão nº 2.109/2013 passe a figurar nos seguintes termos: “IV. autorizar o envio de cópia desta decisão aos interessados e o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para a adoção das providências cabíveis”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



- *Ofício – GP n° 9.635/2013 (fl. 1674), que encaminha teor do Despacho Singular n° 771/2013, que concede prorrogação de prazo por mais 30 dias para cumprimento da Decisão n° 2.731/2013.*
- *Ofício n° 11.242/2014 – GP (fl. 1705), que encaminha cópia da Decisão n° 95/2014.*

48. Confirmou-se que, de fato, os documentos citados pelos recorrentes foram encaminhados, via carta registrada, e recebidos por pessoa diversa.

49. Não obstante, é conveniente apresentar o conceito e a finalidade de alguns dos documentos elaborados e expedidos por esta Corte, conforme previsto no Manual de Redação Oficial do TCDF:

- *Citação é o expediente utilizado para convocar responsáveis em processo sob exame no Tribunal, nos casos em que há débito, para apresentarem defesa ou recolherem o valor devido (pag. 93);*
- *Notificação é o expediente utilizado para intimar o responsável para efetuar ou comprovar recolhimento de valor correspondente ao débito imputado ou multa (pag. 120);*
- *Comunicação de Audiência é o expediente utilizado para convocar responsável em processo, em casos que não haja débito, para apresentar razões de justificativa (pag. 97);*
- *Ofício é uma correspondência oficial destinada ao trato de assuntos de interesse do Tribunal para formalizar a comunicação com instituições ou com particulares (pag. 45).*

50. Conforme se depreende dos arts. 164 e 165 do RITCDF², a citação, a audiência, a notificação ou a cientificação da parte são tipos de documentos que devem ser entregues diretamente ao interessado ou procurador legal, porque atingem a capacidade da parte de exercer seu direito de contraditório e ampla defesa.

51. A Portaria TCDF n° 317, de 11 de dezembro de 2012³ indicou, no Anexo III, que os expedientes de audiência e citação devem ser entregues, preferencialmente, ao destinatário ou representante legal. Os demais expedientes podem ser recebidos por outra pessoa que se identifique como parente, familiar ou preposto

² Artigos 172 a 174 do RITCDF vigente à época.

³ Dispõe sobre as competências e os procedimentos para comunicação de audiência, citação e notificação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6



(porteiro, empregado doméstico, etc.).

52. *Em complemento, o § 2º do art. 1º da Resolução nº 248⁴, de 11 de dezembro de 2012 esclarece que:*

§ 2º No caso de expediente de audiência, citação, cientificação e notificação de responsáveis ou de interessados, adotar-se-ão as seguintes cautelas:

I – quanto aos residentes no Distrito Federal, a comunicação será entregue por via postal, registrada e com Aviso de Recebimento simples ou por Mão Própria, ou diretamente por servidor credenciado do Tribunal;

II – quanto aos residentes fora do Distrito Federal, a entrega será feita por via postal, registrada e com Aviso de Recebimento simples ou por Mão Própria;

III – sendo incerto e não sabido o endereço do responsável ou interessado ou resultando infrutíferas as tentativas de entrega na forma definida nos incisos anteriores, a comunicação será feita por edital, publicado por três dias consecutivos no veículo oficial de comunicação do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

53. *Pelo exposto nos normativos indicados acima, conclui-se que os documentos que convocam o interessado para se manifestar nos autos, implicando em direito de defesa das partes, tais como citação, comunicação de audiência e notificação, devem ser entregues de maneira pessoal ao interessado ou procurador. Por outro lado, documentos de caráter mais geral que não afetam o direito de defesa dos interessados, tal como o Ofício, não necessitam de entrega pessoal.*

54. *Destaca-se ainda que consta nos autos o recebimento do expediente de Comunicação de Audiência de ambos recorrentes, dispondo de prazo para apresentação das razões de justificativas quanto aos fatos referidos no item II.1 da Decisão nº 2.731/2013 (fls. 1.467 e 1469).*

55. *Assim sendo, entendemos que os Pedidos de Reexame apresentados pelos recorrentes devem ser considerados improcedentes quanto à alegação de ausência de citação ou citação indireta nos autos, tendo em vista que os documentos citados pelos recorrentes não limitam ou restringem o direito de defesa das partes, podendo ser recebidos por outra pessoa que se identifique como parente, familiar ou preposto.*

56. *Procede-se, então, à análise acerca do eventual impedimento do Conselheiro Paulo Tadeu, que ensejaria a nulidade dos atos*

⁴ Altera o art. 12 da Resolução nº 118, de 2 de maio de 2000, que regulamenta o recebimento, controle, movimentação e arquivamento de documentos no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



praticados por ele nestes autos.

57. Verificou-se que foi arguida a Exceção de Impedimento do Conselheiro-Relator à época, Paulo Tadeu, sob o argumento de que o citado Conselheiro havia atuado, enquanto Deputado Distrital, no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal, como Relator no Processo de CPI da Educação, cujo objeto foram os contratos de transporte escolar firmados na SE/DF (fls. 2 a 4 e 14 a 17 do Processo n° 4.628/2014, apensado nestes autos).

58. Destaca-se trecho extraído da arguição de Exceção de Impedimento suscitada pelos recorrentes, in verbis:

Tal impedimento decorre do fato de o mesmo ter atuado na qualidade de Deputado Distrital e Relator do processo da CPI da Educação, cujo objeto está intrinsecamente relacionado aos contratos de TRANSPORTE ESCOLAR, mesmo objeto do presente processo dessa Corte de Contas e relacionado ao mesmo período.

59. Diante disso, foi autuado o Processo n° 4.628/2014⁵, a fim de analisar eventual suspeição ou impedimento, nos termos do art. 63 do RITCDF vigente à época (Resolução n° 38, de 30 de outubro de 1.990).

60. Constata-se, portanto, que o incidente de impedimento do Conselheiro Paulo Tadeu havia sido analisado, no âmbito dos citados autos, no qual o Tribunal, mediante a Decisão n° 95/2014⁶, considerou improvido o incidente de impedimento apresentado nos Autos n° 34.798/06.

61. Ocorre que, posteriormente à referida Decisão, em 03/03/2016, o Conselheiro Paulo Tadeu, mediante o Despacho de folha n° 1.738, declarou seu impedimento sob o mesmo argumento antes proposto pelos reclamantes, in verbis:

Declaro meu impedimento na forma do art. 63 do RI/TCDF, c/c o art. 134 do Código de Processo Civil, tendo em vista que a matéria e as práticas administrativas tratadas no presente processo são semelhantes às analisadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Educação, em junho de 2006, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, na qual atuei como

⁵ O Processo foi apensado nestes autos em atendimento ao item III da Decisão n° 95/2014, conforme § 1° do art. 155 do RITCDF.

⁶ O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do incidente de impedimento/suspeição em análise; II – no mérito, ter por improvido o incidente de impedimento em apreço, dando conhecimento desta deliberação plenária ao representante legal dos excipientes e ao excepto; III – suspender a chancela de sigilo atribuída aos autos em exame, determinando a sua apensação ao Processo n.º 34.798/06; IV – autorizar o levantamento do sobrestamento que pendia em relação ao Processo n.º 34.798/06; V – determinar o retorno dos Autos n.º 34.798/06 à Relatora, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, para a continuidade da apreciação das questões remanescentes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



relator.

62. *Por essa razão, é necessário avaliar se os atos praticados pelo Conselheiro Paulo Tadeu, em momento anterior à data na qual ele se declarou impedido, devem ser considerados nulos.*

63. *O art. 63 da Resolução n° 38, de 30 de outubro de 1990, que dispunha sobre o Regimento do Tribunal de Contas do Distrito Federal à época da interposição do Incidente de Impedimento, estabelecia que “o Conselheiro declarado impedido não participará do julgamento, entendido este como à fase de apresentação dos votos.”*

64. *Já o art. 154 do novo Regimento Interno deste Tribunal trata do reconhecimento voluntário de impedimento ou suspeição pelo relator de um processo. O art. 161 do RITCDF esclarece ainda que “a decisão que declarar a existência de impedimento ou suspeição especificará o alcance e os respectivos efeitos.”*

65. *Cabe destacar que a nulidade dos atos pode ser absoluta ou relativa. Segundo Donizetti (2013, p. 367)⁷, a nulidade absoluta decorre exclusivamente da proteção ao interesse público, enquanto na nulidade relativa o objetivo maior é proteger o interesse privado.*

66. *A principal diferença entre nulidade absoluta e nulidade relativa reside no fato de que o ato absolutamente nulo não pode ser saneado, enquanto que o ato relativamente nulo pode ser convalidado.*

67. *Segundo Greco (2013, p. 76)⁸, em regra, nos casos de nulidade absoluta, a própria norma apresenta expressamente a cominação de nulidade.*

68. *Verifica-se que o art. 146, § 6º do Código de Processo Civil dispõe que “declarado o impedimento ou suspeição, o tribunal fixará o momento a partir do qual o juiz não poderia ter atuado”. Em complemento, o § 7º do mesmo artigo explica que “**o Tribunal decretará a nulidade dos atos do juiz, se praticados quando já presente o motivo de impedimento ou suspeição**”. (Grifamos)*

69. *Observa-se que o caso em comento se amolda perfeitamente ao que prevê a norma legal supra, pois o motivo alegado para o impedimento do Conselheiro Paulo Tadeu foi o mesmo utilizado pelos recorrentes, conforme se observa-se no §§ 58 e 61 desta Instrução.*

70. *Ressalta-se que, conforme prevê o § 1º do art. 153 do RITCDF, o Conselheiro poderia declarar-se suspeito por motivo de foro*

⁷ Donizetti, Elpídio. Curso didático de direito processual civil. 17ª. ed. rev., ampl. e atual. especialmente de acordo com as Leis nos 12.424/2011 e 12.431/2011 – São Paulo: Atlas, 2013.

⁸ Greco Filho, Vicente. Direito processual civil brasileiro, volume 2: (atos processuais a recursos e processos nos tribunais) / 22ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.

71. Entretanto, o Conselheiro Paulo Tadeu, ao declarar o mesmo motivo alegado pelos recorrentes, reconheceu que a razão do seu impedimento já estava presente no momento em que foi suscitado pelos recorrentes.

72. Donizetti (2013, p. 367) explica ainda que o impedimento do juiz atinge sua imparcialidade, por isso, viola o interesse da jurisdição e não eventual comodidade dos litigantes. Logo, trata-se de um tipo de nulidade insanável ou cominada.

73. Desse modo, reputa-se que os atos praticados pelo Conselheiro Paulo Tadeu deveriam ser considerados nulos desde o voto proferido na Decisão nº 2.109/2013, tendo em vista que o motivo do impedimento do citado Conselheiro já estava presente à época da arguição de Incidente de Impedimento pelos recorrentes.

74. Passamos, então, a analisar as consequências dos atos praticados pelo Conselheiro Paulo Tadeu.

75. Primeiro, cumpre destacar que, em conformidade com o princípio da economia processual, o art. 282, § 1º do Código Processual Civil⁹ dispõe que não é necessário repetir ou suprir ato que não cause prejuízo a parte.

76. Verificou-se que a arguição de impedimento do Conselheiro Paulo Tadeu ocorreu logo depois da Sessão Ordinária nº 4.598 realizada no dia 14/05/2013, na qual foi proferida a Decisão nº 2.109/2013.

77. Em seguida, o Conselheiro Paulo Tadeu proferiu Voto na Sessão Ordinária nº 4.607, realizada em 18/06/2013, na qual deu provimento aos Embargos de Declaração interpostos pelo MPJTCD/DF para que fosse corrigida a decisão embargada.

78. Em relação ao Voto proferido na Decisão nº 2.109/2013, na parte que afeta pessoalmente os reclamantes, destaca-se o item III, alíneas “b” e “c”, que autorizou audiência dos senhores Gibrail Nabih Gebrim e Erichson Dias Noronha (ora recorrentes) para que, no prazo de 30 dias, apresentassem suas razões de justificativas em relação às falhas e ou impropriedades a eles atribuídas.

79. Não obstante, entende-se que a decisão que autoriza audiência, não necessariamente implica em prejuízo para as partes, mas sim, busca-se a verdade material do tema tratado nos autos. Logo, a Decisão nº 2.109/2013, não necessita ser repetida ou saneada.

80. Corroborando esse entendimento, o art. 280 do RITCDF dispõe que, ressalvada a hipótese de embargos de declaração, não cabe

⁹ O ato não será repetido nem sua falta suprida quando não prejudicar a parte.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



recurso de decisão que ordenar a realização de citação, audiência, diligência ou fiscalização, podendo a documentação encaminhada ser aproveitada como defesa, sempre que possível, sem prejuízo da realização da citação ou da audiência, quando for obrigatória¹⁰.

81. Do mesmo modo, o Voto proferido pelo Conselheiro Paulo Tadeu na Sessão Ordinária n° 4.607 não causou prejuízo pessoal aos recorrentes, uma vez que a Decisão n° 2.731/2013, proferida na ocasião, apenas corrigiu erro identificado na deliberação anterior, sem, contudo, alterar o conteúdo então analisado.

82. Na sequência, foi realizada a Sessão Ordinária n° 4.959, em 08/06/2017, na qual o Tribunal proferiu a Decisão n° 2.772/2017, que imputou penalidade aos recorrentes, que é o objeto dos pedidos de reexames ora analisados.

83. No entanto, observa-se que o Conselheiro Paulo Tadeu deixou de atuar nessa fase processual, pois já havia declarado seu impedimento à época.

84. Verifica-se, então, que a deliberação plenária que efetivamente causou prejuízo aos recorrentes não teve a participação do Conselheiro Paulo Tadeu.

85. Pelo exposto, propomos o não provimento dos pedidos de reexame interpostos pelos senhores Gibrail Nabih Gebrim e Erichson Dias Noronha, no que se refere à nulidade dos atos praticados pelo Conselheiro Paulo Tadeu em relação aos Votos proferidos nas Decisões n°s 2109/2013 e 2.731/2013, tendo em vista que tais atos, que seriam passíveis de nulidade, não causaram prejuízo aos recorrentes.

86. Superadas as questões processuais, procede-se ao exame das questões de mérito trazidas pelos recorrentes.

87. Os senhores Gibrail Nabih Gebrim e Erichson Dias Noronha foram apenados com multa em função do indeferimento imotivado do reequilíbrio econômico-financeiro pleiteado nos Contratos n°s 34/2007 e 35/2007 e posterior reajustamento concedido no Contrato n° 41/2008, que os substituiu. Além disso, o Sr. Gibrail Gebrin foi sancionado também pela irregularidade na execução do Contrato n° 39/2007.

88. Verificou-se que a empresa Jovem Turismo solicitou a dissolução do Contrato n° 34/2007 em 18/12/2007 (fl. 1274) e a empresa Rodopax Transporte e Turismo Ltda. solicitou a dissolução do Contrato n° 35/2007 em 29/11/2007 (fl. 1330).

89. Consta na folha n° 1.279 expediente apresentado pela empresa Jovem Turismo acerca do Contrato n° 34/2007, no qual denuncia que o desequilíbrio econômico-financeiro do ajuste poderia

¹⁰ Decisão TCDF n° 5.385/2016



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



inviabilizar a continuidade da execução do serviço de transporte escolar.

90. Do mesmo modo, consta na folha 1.333 os motivos alegados pela empresa Rodopax Transporte e Turismo Ltda. para dissolução do Contrato n° 35/2007: “a receita gerada está sendo menor que a despesa, ou seja, estamos trabalhando no prejuízo.”

91. A correspondência da empresa Jovem Turismo, datada de 08/01/2008, esclarece que os representantes da SE/DF sabiam dos problemas advindos do desequilíbrio econômico-financeiro dos ajustes, mas não tomaram medidas efetivas para solucionar (fl. 1279).

92. Consta ainda nas folhas 1280 a 1284 cópia da Ata de Reunião, realizada no dia 29/05/2007, na qual a defasagem nos valores pactuados foi abordada pelas contratadas, entretanto, nenhuma medida efetiva foi tomada pelos Gestores da SE/DF.

93. Assim, em que pese a alegada ausência de solicitação formal de reequilíbrio econômico-financeiro por parte das contratadas, verifica-se que houve a solicitação das empresas contratadas para reajustamento do preço pactuado nos citados contratos.

94. Depreende-se, portanto, que houve certa inércia dos gestores da SE/DF no sentido de apresentar proposta formal de reajustamento de preços. O que se infere das informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação (fls. 941 e 942) é que somente após o pedido de dissolução contratual, a SE/DF tentou formalizar uma proposta de reequilíbrio econômico financeiro com as empresas que haviam solicitado a rescisão contratual.

95. Por outro lado, apenas oito meses após a celebração do Contrato n° 41/2008, foi concedido o reajustamento de preços antes requerido, o que denota favorecimento indevido ao particular.

96. No que se refere à responsabilidade atribuída ao senhor Gibrail Nabih Gebrim pela irregularidade na execução do Contrato n° 39/2007, verificou-se que o recorrente não apresentou qualquer comprovação de que o ajuste tenha sido executado corretamente.

97. Os esclarecimentos prestados pela Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional (fl. 1.317) sugerem que houve uma interrupção abrupta e injustificada na execução do Contrato n° 39/2007, uma vez que foi necessária a contratação emergencial da empresa Pollo Viagens e transportes Ltda. para cobrir as regiões desguarnecidas de transporte escolar, em face da dissolução do referido ajuste.

98. Dessarte, propomos pelo não provimento, quanto ao mérito, dos pedidos de reexame apresentados pelos senhores Gibrail Nabih Gebrim e Erichson Dias Noronha.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



V. CONCLUSÕES

99. *Tratam os autos de análise de mérito dos pedidos de reexame interpostos pelo senhores Gibrail Nabih Gebrim e Erichson Dias Noronha.*

100. *Observa-se que os principais argumentos utilizados por ambos os recorrentes são os mesmos, quais sejam: ausência de citação ou citação indireta e nulidade dos atos praticados pelo Conselheiro Paulo Tadeu, tendo em vista eventual impedimento suscitado pelos recorrentes.*

101. *Além disso, quanto ao mérito, os recorrentes alegam ausência de solicitação formal das empresas para o reequilíbrio econômico-financeiro.*

102. *Em relação à irregularidade na execução do Contrato n° 39/2007, o senhor Gibrail Nabih Gebrim destacou que a análise do Corpo Técnico mencionou apenas ausência de instrumento formal de distrato, não gerando percalços na execução do ajuste decorrentes dessa informalidade.*

103. *Observou-se que os documentos mencionados pelos recorrentes, que supostamente ensejariam ausência de citação ou citação indireta, tratam de prorrogação de prazo e encaminhamento de decisão do Tribunal. Logo, não são documentos que implicam em cerceamento de defesa dos interessados.*

104. *Pelo exposto nos normativos indicados nos §§ 49 a 52 desta instrução, conclui-se que os documentos que convocam o interessado para se manifestar nos autos, implicando em direito de defesa das partes, tais como: citação, comunicação de audiência e notificação, devem ser entregues de maneira pessoal ao interessado ou procurador. Por outro lado, documentos de caráter mais geral que não afetam o direito de defesa dos interessados, tal como o ofício, não necessitam de entrega pessoal.*

105. *Assim sendo, entendemos que deve ser negado provimento aos Pedidos de Reexame quanto à alegação de ausência de citação ou citação indireta nos autos, tendo em vista que os documentos citados pelos recorrentes não limitam ou restringem o direito de defesa das partes, podendo ser recebido por outra pessoa que se identifique como parente, familiar ou preposto.*

106. *No que tange ao eventual impedimento do Conselheiro Paulo Tadeu, verificou-se que foi autuado o Processo n° 4.628/2014, a fim de analisar a arguição de Impedimento ou Suspeição proposta pelos recorrentes.*

107. *No âmbito do aludido processo, foi proferida a Decisão n° 95/2014, que considerou improvido o incidente de impedimento. Não obstante, em 03/03/2016, o Conselheiro Paulo Tadeu se declarou impedido nos autos sob o mesmo argumento antes*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



proposto pelos reclamantes.

108. Portanto, reputa-se que os atos praticados pelo Conselheiro Paulo Tadeu deveriam ser considerados nulos desde o voto proferido na Decisão nº 2.109/2013, tendo em vista que o motivo do impedimento do citado Conselheiro já estava presente à época da arguição de Incidente de Impedimento pelos recorrentes.

109. No entanto, consoante ao que prevê o art. 282, § 1º do Código Processual Civil, não é necessário repetir ou suprir ato que não cause prejuízo a parte.

110. Observou-se que o Conselheiro Paulo Tadeu deixou de atuar na fase processual que efetivamente causou prejuízo aos recorrentes.

111. Pelo exposto, somos também pelo não provimento dos pedidos de reexame no que se refere à nulidade dos atos praticados pelo Conselheiro Paulo Tadeu em relação aos Votos proferidos nas Decisões nºs 2109/2013 e 2.731/2013, tendo em vista que os referidos atos não causaram prejuízo aos recorrentes.

112. Quanto às questões de mérito trazidas pelos recorrentes, verificou-se que, apesar da alegada ausência de solicitação formal de reequilíbrio econômico-financeiro por parte das contratadas, houve a solicitação para reajustamento do preço nos Contratos nºs 34/2007 e 35/2007.

113. Depreende-se que, apesar de ter pleno conhecimento da necessidade de conceder reajuste aos citados ajustes, houve certa inércia dos gestores da SE/DF no sentido de apresentar proposta formal de reajustamento de preços, culminando no posterior reajustamento concedido no Contrato nº 41/2008, o que denota favorecimento indevido ao particular.

114. No que se refere à responsabilidade atribuída ao senhor Gibrail Nabih Gebrim pela irregularidade na execução do Contrato nº 39/2007, verificou-se que o recorrente não apresentou qualquer comprovação de que o ajuste tenha sido executado corretamente.

115. Por isso, propomos também o não provimento dos pedidos de reexame apresentados pelos senhores Gibrail Nabih Gebrim e Erichson Dias Noronha quanto ao mérito.”

8. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal que:

“I. tome conhecimento da Informação nº 144/2017;

II. negar provimento aos pedidos de reexame de fls. 1.765 a 1.780 e 1.811 a 1.818, interpostos, respectivamente, pelos senhores Erichson Dias Noronha e Gibrail Nabih Gebrim, pelas razões expostas na instrução;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



III. considere válidos em todos os seus efeitos as Decisões nºs 2.109/2013, 2.731/2013 e 2.772/2017;

IV. autorize o retorno dos presentes autos à SEACOMP para os devidos fins.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

9. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 353/2017-GP1P (fls. 1843/1860), de 13.12.2017, da lavra do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, aquiesce às proposições da Unidade Técnica. Do mencionado Parecer, destaco o seguinte trecho:

*“8. Após este breve relato, passo à análise do presente feito, informando, **preliminarmente**, que atuo nos presentes autos em **substituição**, consoante o disposto na Lei nº 13.024/2014, na Resolução nº 304/2017, no Ato Normativo nº 1/2015-MPC e na r. Decisão Administrativa nº 46/2017-TCDF.*

*9. Nesse esboço, informo que, diante das considerações trazidas pertinentemente pelo zeloso Corpo Instrutivo, neste momento processual, a análise deste **MPC/DF** cinge-se aos pedidos de reexame interpostos pelos Srs. Erichson Dias Noronha e Gibrail Nabih Gebrim em face da r. Decisão nº 2.772/2017 (fl. 1755).*

*10. **Ab initio**, saliento que este **Parquet** especializado possui entendimento **congruente** ao apresentado pela Divisão de Acompanhamento.*

*11. Desse modo, sobre os argumentos recursais apresentados pelos Srs. Erichson Dias Noronha e Gibrail Nabih Gebrim, entendo relevante destacar o exame feito pela Área Técnica, **in verbis**:*

“48. Confirmou-se que, de fato, os documentos citados pelos recorrentes foram encaminhados, via carta registrada, e recebidos por pessoa diversa.

49. Não obstante, é conveniente apresentar o conceito e a finalidade de alguns dos documentos elaborados e expedidos por esta Corte, conforme previsto no Manual de Redação Oficial do TCDF:

- *Citação é o expediente utilizado para convocar responsáveis em processo sob exame no Tribunal, nos casos em que há débito, para apresentarem defesa ou recolherem o valor devido (pag. 93);*
- *Notificação é o expediente utilizado para intimar o*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



responsável para efetuar ou comprovar recolhimento de valor correspondente ao débito imputado ou multa (pag. 120);

- *Comunicação de Audiência é o expediente utilizado para convocar responsável em processo, em casos que não haja débito, para apresentar razões de justificativa (pag. 97);*

- *Ofício é uma correspondência oficial destinada ao trato de assuntos de interesse do Tribunal para formalizar a comunicação com instituições ou com particulares (pag. 45).*

50. *Conforme se depreende dos arts. 164 e 165 do RITCDF, a citação, a audiência, a notificação ou a cientificação da parte são tipos de documentos que devem ser entregues diretamente ao interessado ou procurador legal, porque atingem a capacidade da parte de exercer seu direito de contraditório e ampla defesa.*

51. *A Portaria TCDF n° 317, de 11 de dezembro de 2012 indicou, no Anexo III, que os expedientes de audiência e citação devem ser entregues, preferencialmente, ao destinatário ou representante legal. Os demais expedientes podem ser recebidos por outra pessoa que se identifique como parente, familiar ou preposto (porteiro, empregado doméstico, etc.).*

52. *Em complemento, o § 2° do art. 1° da Resolução n° 248, de 11 de dezembro de 2012 esclarece que:*

§ 2° No caso de expediente de audiência, citação, cientificação e notificação de responsáveis ou de interessados, adotar-se-ão as seguintes cautelas:

I – quanto aos residentes no Distrito Federal, a comunicação será entregue por via postal, registrada e com Aviso de Recebimento simples ou por Mão Própria, ou diretamente por servidor credenciado do Tribunal;

II – quanto aos residentes fora do Distrito Federal, a entrega será feita por via postal, registrada e com Aviso de Recebimento simples ou por Mão Própria;

III – sendo incerto e não sabido o endereço do responsável ou interessado ou resultando infrutíferas as tentativas de entrega na forma definida nos incisos anteriores, a comunicação será feita por edital, publicado por três dias consecutivos no veículo oficial de comunicação do Tribunal de Contas do Distrito Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



53. *Pelo exposto nos normativos indicados acima, conclui-se que os documentos que convocam o interessado para se manifestar nos autos, implicando em direito de defesa das partes, tais como citação, comunicação de audiência e notificação, devem ser entregues de maneira pessoal ao interessado ou procurador. Por outro lado, documentos de caráter mais geral que não afetam o direito de defesa dos interessados, tal como o Ofício, não necessitam de entrega pessoal.*

54. *Destaca-se ainda que consta nos autos o recebimento do expediente de Comunicação de Audiência de ambos recorrentes, dispondo de prazo para apresentação das razões de justificativas quanto aos fatos referidos no item II. 1 da Decisão nº 2.731/2013 (fls. 1.467 e 1469).*

55. *Assim sendo, entendemos que os Pedidos de Reexame apresentados pelos recorrentes devem ser considerados improcedentes quanto à alegação de ausência de citação ou citação indireta nos autos, tendo em vista que os documentos citados pelos recorrentes não limitam ou restringem o direito de defesa das partes, podendo ser recebidos por outra pessoa que se identifique como parente, familiar ou preposto.*

56. *Procede-se, então, à análise acerca do eventual impedimento do Conselheiro Paulo Tadeu, que ensejaria a nulidade dos atos praticados por ele nestes autos.*

57. *Verificou-se que foi arguida a Exceção de Impedimento do Conselheiro-Relator à época, Paulo Tadeu, sob o argumento de que o citado Conselheiro havia atuado, enquanto Deputado Distrital, no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal, como Relator no Processo de CPI da Educação, cujo objeto foram os contratos de transporte escolar firmados na SE/DF (fls. 2 a 4 e 14 a 17 do Processo nº 4.628/2014, apensado nestes autos).*

58. *Destaca-se trecho extraído da arguição de Exceção de Impedimento suscitada pelos recorrentes, in verbis:*

Tal impedimento decorre do fato de o mesmo ter atuado na qualidade de Deputado Distrital e Relator do processo da CPI da Educação, cujo objeto está intrinsecamente relacionado aos contratos de TRANSPORTE ESCOLAR, mesmo objeto do presente processo dessa Corte de Contas e relacionado ao mesmo período.

59. *Diante disso, foi autuado o Processo nº 4.628/2014, a fim de analisar eventual suspeição ou impedimento, nos termos do art. 63 do RITCDF vigente à época (Resolução nº 38, de 30 de outubro de 1.990).*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



60 *Constata-se, portanto, que o incidente de impedimento do Conselheiro Paulo Tadeu havia sido analisado, no âmbito dos citados autos, no qual o Tribunal, mediante a Decisão nº 95/2014, considerou improvido o incidente de impedimento apresentado nos Autos nº 34.798/06.*

61. *Ocorre que, posteriormente à referida Decisão, em 03/03/2016, o Conselheiro Paulo Tadeu, mediante o Despacho de folha nº 1.738, declarou seu impedimento sob o mesmo argumento antes proposto pelos reclamantes, in verbis:*

Declaro meu impedimento na forma do art. 63 do RI/TCDF, c/c o art. 134 do Código de Processo Civil, tendo em vista que a matéria e as práticas administrativas tratadas no presente processo são semelhantes às analisadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Educação, em junho de 2006, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, na qual atuei como relator.

62. *Por essa razão, é necessário avaliar se os atos praticados pelo Conselheiro Paulo Tadeu, em momento anterior à data na qual ele se declarou impedido, devem ser considerados nulos.*

63. *O art. 63 da Resolução nº 38, de 30 de outubro de 1990, que dispunha sobre o Regimento do Tribunal de Contas do Distrito Federal à época da interposição do Incidente de Impedimento, estabelecia que “o Conselheiro declarado impedido não participará do julgamento, entendido este como à fase de apresentação dos votos.”*

64. *Já o art. 154 do novo Regimento Interno deste Tribunal trata do reconhecimento voluntário de impedimento ou suspeição pelo relator de um processo. O art. 161 do RITCDF esclarece ainda que “a decisão que declarar a existência de impedimento ou suspeição especificará o alcance e os respectivos efeitos.”*

65. *Cabe destacar que a nulidade dos atos pode ser absoluta ou relativa. Segundo Donizetti (2013, p. 367), a nulidade absoluta decorre exclusivamente da proteção ao interesse público, enquanto na nulidade relativa o objetivo maior é proteger o interesse privado.*

66. *A principal diferença entre nulidade absoluta e nulidade relativa reside no fato de que o ato absolutamente nulo não pode ser saneado, enquanto que o ato relativamente nulo pode ser convalidado.*

67. *Segundo Greco (2013, p. 76), em regra, nos casos de nulidade absoluta, a própria norma apresenta expressamente*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



a cominação de nulidade.

68. *Verifica-se que o art. 146, § 6º do Código de Processo Civil dispõe que “declarado o impedimento ou suspeição, o tribunal fixará o momento a partir do qual o juiz não poderia ter atuado”. Em complemento, o § 7º do mesmo artigo explica que “o Tribunal decretará a nulidade dos atos do juiz, se praticados quando já presente o motivo de impedimento ou suspeição”. (Grifamos)*

69. *Observa-se que o caso em comento se amolda perfeitamente ao que prevê a norma legal supra, pois o motivo alegado para o impedimento do Conselheiro Paulo Tadeu foi o mesmo utilizado pelos recorrentes, conforme se observa-se no §§ 58 e 61 desta Instrução.*

70. *Ressalta-se que, conforme prevê o § 1º do art. 153 do RITCDF, o Conselheiro poderia declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.*

71. *Entretanto, o Conselheiro Paulo Tadeu, ao declarar o mesmo motivo alegado pelos recorrentes, reconheceu que a razão do seu impedimento já estava presente no momento em que foi suscitado pelos recorrentes.*

72. *Donizetti (2013, p. 367) explica ainda que o impedimento do juiz atinge sua imparcialidade, por isso, viola o interesse da jurisdição e não eventual comodidade dos litigantes. Logo, trata-se de um tipo de nulidade insanável ou cominada.*

73. *Desse modo, reputa-se que os atos praticados pelo Conselheiro Paulo Tadeu deveriam ser considerados nulos desde o voto proferido na Decisão nº 2.109/2013, tendo em vista que o motivo do impedimento do citado Conselheiro já estava presente à época da arguição de Incidente de Impedimento pelos recorrentes.*

74. *Passamos, então, a analisar as consequências dos atos praticados pelo Conselheiro Paulo Tadeu.*

75. *Primeiro, cumpre destacar que, em conformidade com o princípio da economia processual, o art. 282, § 1º do Código Processual Civil dispõe que não é necessário repetir ou suprir ato que não cause prejuízo a parte.*

76. *Verificou-se que a arguição de impedimento do Conselheiro Paulo Tadeu ocorreu logo depois da Sessão Ordinária nº 4.598 realizada no dia 14/05/2013, na qual foi proferida a Decisão nº 2.109/2013.*

77. *Em seguida, o Conselheiro Paulo Tadeu proferiu Voto*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



na Sessão Ordinária nº 4.607, realizada em 18/06/2013, na qual deu provimento aos Embargos de Declaração interpostos pelo MPJTCDF para que fosse corrigida a decisão embargada.

78. Em relação ao Voto proferido na Decisão nº 2.109/2013, na parte que afeta pessoalmente os reclamantes, destaca-se o item III, alíneas “b” e “c”, que autorizou audiência dos senhores Gibrail Nabih Gebrim e Erichson Dias Noronha (ora recorrentes) para que, no prazo de 30 dias, apresentassem suas razões de justificativas em relação às falhas e ou impropriedades a eles atribuídas.

79. Não obstante, entende-se que a decisão que autoriza audiência, não necessariamente implica em prejuízo para as partes, mas sim, busca-se a verdade material do tema tratado nos autos. Logo, a Decisão nº 2.109/2013, não necessita ser repetida ou saneada.

80. Corroborando esse entendimento, o art. 280 do RITCDF dispõe que, ressalvada a hipótese de embargos de declaração, não cabe recurso de decisão que ordenar a realização de citação, audiência, diligência ou fiscalização, podendo a documentação encaminhada ser aproveitada como defesa, sempre que possível, sem prejuízo da realização da citação ou da audiência, quando for obrigatória.

81. Do mesmo modo, o Voto proferido pelo Conselheiro Paulo Tadeu na Sessão Ordinária nº 4.607 não causou prejuízo pessoal aos recorrentes, uma vez que a Decisão nº 2.731/2013, proferida na ocasião, apenas corrigiu erro identificado na deliberação anterior, sem, contudo, alterar o conteúdo então analisado.

82. Na sequência, foi realizada a Sessão Ordinária nº 4.959, em 08/06/2017, na qual o Tribunal proferiu a Decisão nº 2.772/2017, que imputou penalidade aos recorrentes, que é o objeto dos pedidos de reexames ora analisados.

83. No entanto, observa-se que o Conselheiro Paulo Tadeu deixou de atuar nessa fase processual, pois já havia declarado seu impedimento à época.

84. Verifica-se, então, que a deliberação plenária que efetivamente causou prejuízo aos recorrentes não teve a participação do Conselheiro Paulo Tadeu.

85. Pelo exposto, propomos o não provimento dos pedidos de reexame interpostos pelos senhores Gibrail Nabih Gebrim e Erichson Dias Noronha, no que se refere à nulidade dos atos praticados pelo Conselheiro Paulo Tadeu em relação aos Votos proferidos nas Decisões nºs 2109/2013 e 2.731/2013, tendo em vista que tais atos, que seriam



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



passíveis de nulidade, não causaram prejuízo aos recorrentes.

86. Superadas as questões processuais, procede-se ao exame das questões de mérito trazidas pelos recorrentes.

87. Os senhores Gibrail Nabih Gebrim e Erichson Dias Noronha foram apenados com multa em função do indeferimento imotivado do reequilíbrio econômico-financeiro pleiteado nos Contratos n°s 34/2007 e 35/2007 e posterior reajustamento concedido no Contrato n° 41/2008, que os substituiu. Além disso, o Sr. Gibrail Gebrin foi sancionado também pela irregularidade na execução do Contrato n° 39/2007.

88. Verificou-se que a empresa Jovem Turismo solicitou a dissolução do Contrato n° 34/2007 em 18/12/2007 (fl. 1274) e a empresa Rodopax Transporte e Turismo Ltda. solicitou a dissolução do Contrato n° 35/2007 em 29/11/2007 (fl. 1330).

89. Consta na folha n° 1.279 expediente apresentado pela empresa Jovem Turismo acerca do Contrato n° 34/2007, no qual denuncia que o desequilíbrio econômico-financeiro do ajuste poderia inviabilizar a continuidade da execução do serviço de transporte escolar.

90. Do mesmo modo, consta na folha 1.333 os motivos alegados pela empresa Rodopax Transporte e Turismo Ltda. para dissolução do Contrato n° 35/2007: “a receita gerada está sendo menor que a despesa, ou seja, estamos trabalhando no prejuízo.”

91. A correspondência da empresa Jovem Turismo, datada de 08/01/2008, esclarece que os representantes da SE/DF sabiam dos problemas advindos do desequilíbrio econômico-financeiro dos ajustes, mas não tomaram medidas efetivas para solucionar (fl. 1279).

92. Consta ainda nas folhas 1280 a 1284 cópia da Ata de Reunião, realizada no dia 29/05/2007, na qual a defasagem nos valores pactuados foi abordada pelas contratadas, entretanto, nenhuma medida efetiva foi tomada pelos Gestores da SE/DF.

93. Assim, em que pese a alegada ausência de solicitação formal de reequilíbrio econômico-financeiro por parte das contratadas, verifica-se que houve a solicitação das empresas contratadas para reajustamento do preço pactuado nos citados contratos.

94. Depreende-se, portanto, que houve certa inércia dos gestores da SE/DF no sentido de apresentar proposta formal de reajustamento de preços. O que se infere das informações



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6

Fls.:

Proc.: 34.798/06

Rubrica

prestadas pela Comissão Permanente de Licitação (fls. 941 e 942) é que somente após o pedido de dissolução contratual, a SE/DF tentou formalizar uma proposta de reequilíbrio econômico financeiro com as empresas que haviam solicitado a rescisão contratual.

95. *Por outro lado, apenas oito meses após a celebração do Contrato n° 41/2008, foi concedido o reajustamento de preços antes requerido, o que denota favorecimento indevido ao particular.*

96. *No que se refere à responsabilidade atribuída ao senhor Gibrail Nabih Gebrim pela irregularidade na execução do Contrato n° 39/2007, verificou-se que o recorrente não apresentou qualquer comprovação de que o ajuste tenha sido executado corretamente.*

97. *Os esclarecimentos prestados pela Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional (fl.1.317) sugerem que houve uma interrupção abrupta e injustificada na execução do Contrato n° 39/2007, uma vez que foi necessária a contratação emergencial da empresa Pollo Viagens e transportes Ltda. para cobrir as regiões desguarnecidas de transporte escolar, em face da dissolução do referido ajuste.*

98. *Dessarte, propomos pelo não provimento, quanto ao mérito, dos pedidos de reexame apresentados pelos senhores Gibrail Nabih Gebrim e Erichson Dias Noronha.”*

12. *Compulsando os autos em epígrafe, observo que os principais argumentos utilizados por ambos os recorrentes são similares, quais são: **ausência de citação ou citação indireta; nulidade dos atos praticados pelo Conselheiro Paulo Tadeu**, tendo em vista eventual impedimento suscitado pelos recorrentes; e, quanto ao mérito, **ausência de solicitação formal das empresas para o reequilíbrio econômico-financeiro**.*

13. *No que concerne ao primeiro ponto, os recorrentes questionam ausência de “citação” ou “citação indireta” em relação aos seguintes documentos:*

- *Ofício – GP n° 9.638/2013 (fl. 1.677), que encaminha teor do Despacho Singular n° 771/2013, que concede prorrogação de prazo por mais 30 dias para cumprimento da Decisão n° 2.731/2013¹;*

¹ “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) tomar conhecimento dos Embargos de Declaração de fls. 1449/1453, suspendendo os efeitos da Decisão n.º 2.109/2013; II) dar provimento ao referido recurso para que seja corrigida a decisão embargada, tão somente no sentido de que: 1) a audiência prevista no item III da Decisão n.º 2.109/2013 passe a ser fundamentada no “(...) artigo 43, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/94 (...)”; 2) a redação do item IV da Decisão n.º 2.109/2013 passe a figurar nos seguintes termos: “IV. autorizar o envio de cópia desta decisão aos interessados e o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para a adoção das providências



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6



• Ofício nº 11.242/2014 – GP (fl. 1705), que encaminha cópia da Decisão nº 95/2014²;

14. Conforme observado pela Unidade Técnica, verifico que, de fato, os documentos citados pelos recorrentes foram encaminhados via carta registrada e recebidos por pessoa diversa aos referidos responsáveis. No entanto, **os ofícios supracitados não são referentes a citações, notificações ou cientificações**, expedientes estes que, conforme se depreende dos arts. 164 e 165 do RI/TCDF³, devem ser entregues diretamente ao interessado ou procurador legal, porque atingem a capacidade da parte de exercer seu direito de contraditório e ampla defesa.

15. Em tempo, insta mencionar o disposto no Anexo III da Portaria TCDF nº 317/2012, que dispõe sobre as competências e os procedimentos para comunicação de audiência, citação e notificação:

“Procedimentos para entrega pessoal dos expedientes de comunicação de audiência, citação, cientificação e notificação

1. Os expedientes de audiência e citação devem ser entregues, preferencialmente, ao destinatário ou a seu representante legal.

2. **Os demais expedientes, na impossibilidade de serem entregues, preferencialmente, ao destinatário ou a seu representante legal, podem ser recebidos por outra pessoa que se identifique como parente, familiar ou preposto (porteiro, empregado doméstico etc.).**” (Grifos acrescidos)

16. Pelo exposto, em consonância com a Unidade Instrutiva, entendo que os pedidos de reexame apresentados pelos recorrentes devem ser considerados **improcedentes** quanto à alegação de ausência de citação ou citação indireta nos autos, tendo em vista que os **documentos mencionados podem ser recebidos por outra pessoa que se identifique como parente, familiar ou preposto.**

17. Quanto à alegação de que os atos praticados pelo em.

cabíveis”. O Conselheiro RENATO RAINHA deixou de atuar nos autos, por força do art. 16, VIII, do RI/TCDF, c/c o art. 135, parágrafo único, do CPC.”

² “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do incidente de impedimento/suspeição em análise; II – no mérito, ter por improvido o incidente de impedimento em apreço, dando conhecimento desta deliberação plenária ao representante legal dos excipientes e ao excepto; III – suspender a chancela de sigilo atribuída aos autos em exame, determinando a sua apensação ao Processo nº 34.798/06; IV – autorizar o levantamento do sobrestamento que pendia em relação ao Processo nº 34.798/06; V – determinar o retorno dos Autos nº 34.798/06 à Relatora, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, para a continuidade da apreciação das questões remanescentes.”

³ Artigos 172 a 174 do RITCDF vigente à época.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



Conselheiro **Paulo Tadeu** deveriam ser anulados em face de sua declaração de impedimento (fl. 1738), muito embora houvesse a participação do ínclito Conselheiro em julgamentos anteriores, cumpre destacar que a matéria se encontra devidamente sedimentada neste c. **Tribunal**.

18. Ao se manifestar no bojo do Processo nº 875/2002, esta e. **Corte de Contas** definiu no voto condutor da r. Decisão nº 3.123/2011 não haver qualquer mácula nas decisões precedentes à declaração de impedimento do em. Cons. **Renato Rainha**. Em apertada síntese, o em. Cons. **Costa Couto**, Relator, justificou que a participação do insigne Conselheiro não influenciou ou trouxe qualquer prejuízo aos direitos e garantias processuais dos responsáveis.

19. A questão, inclusive, encontra-se **pacificada** no âmbito do c. **Superior Tribunal de Justiça**, conforme os julgados transcritos abaixo, que colaciono a título ilustrativo:

“RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSUAL CIVIL. **SUSPEIÇÃO. IRRELEVÂNCIA NO JULGAMENTO. CONSTITUCIONAL.** ADMINISTRATIVO. ENQUADRAMENTO. ILEGALIDADE. INCONSTITUCIONALIDADE. ANULAÇÃO. CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE.

1. Em se mostrando desinfluyente para o resultado do julgamento, ainda que existente o vício alegado, relativo a impedimento de membro do colegiado, é de se prestigiar o princípio pas de nullité sans grief.

(...)

4. Recurso improvido.”

(RMS nº 13.559/RJ, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Hamilton Carvalho**, DJ de 4/8/2003).

“ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. JULGAMENTO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. **PARTICIPAÇÃO DE MAGISTRADO QUE DECLAROU SUA SUSPEIÇÃO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO.** ART. 249, § 1º, DO CPC. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. NÃO-INDICAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS COM FINALIDADE PROTETATÓRIA. OCORRÊNCIA. MULTA. APLICABILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Em respeito aos princípios da efetividade e da economia



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6

Fls.:

Proc.: 34.798/06

Rubrica

*processual, deve-se manter o acórdão, tendo em vista que a **participação do desembargador impedido no julgamento dos embargos declaratórios, rejeitados por unanimidade, na condição de vogal, por si só, não autoriza sua anulação, uma vez que não influiu de maneira decisiva no resultado do julgamento.***

(...)

3. A teor da pacífica e numerosa jurisprudência, para a abertura da via especial, requer-se o prequestionamento da matéria infraconstitucional. A exigência tem como desiderato principal impedir a condução ao Superior Tribunal de Justiça de questões federais não debatidas no Tribunal de origem. Hipótese em que aquele Tribunal não proferiu nenhum juízo de valor sobre os arts. 126 da Lei 8.112/90 e 399 do CPC.

4. Sendo evidente o caráter protelatório dos embargos de declaração, correta a aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC.

5. Dissídio jurisprudencial não comprovado.

6. Recurso especial conhecido e improvido.”

(REsp nº 318.963/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Arnaldo Esteves Lima**, DJ de 7/5/2007).

“HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. MEDIDA EXCEPCIONAL. ATIPICIDADE DO FATO. ADVOCACIA ADMINISTRATIVA QUALIFICADA. PRESENÇA DA JUSTA CAUSA. APROFUNDADA INCURSÃO PROBATÓRIA. **DESEMBARGADOR IMPEDIDO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA.** VIOLAÇÃO DE SIGILO DO PROCESSO. ALEGAÇÃO E PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADOS. PROVA EMPRESTADA. OUTROS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO. VALIDADE. VIA ELEITA INADEQUADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. PRESCRIÇÃO COM BASE NA PENA EM PERSPECTIVA. INADMISSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA.

(...)

3. A participação do magistrado suspeito não influenciou o resultado do julgamento, circunstância que, nos termos da jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, afasta a alegação de nulidade.

4. Não foi demonstrado pelo impetrante, nem se pode extrair dos elementos carreados, qualquer resquício de prejuízo para o processo, para as partes, ou, por fim, para a Justiça, sendo, assim impossível o reconhecimento de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



qualquer nulidade, em atendimento à sistemática da instrumentalidade das formas, elencada pelo Código de Processo Penal no artigo 563.

(...)

8. Ordem denegada.”

(HC nº 227.263/RJ, Sexta Turma, Rel. Min. Vasco Della Giustina, DJe de 11/4/2012).

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. ART. 252, INCISO III, DO CPP. PARTICIPAÇÃO DE MINISTRO IMPEDIDO EM JULGAMENTO REALIZADO PELA QUINTA TURMA DO STJ. ACÓRDÃO UNÂNIME. VOTO QUE NÃO INFLUIU NO RESULTADO DO JULGAMENTO. ACLARATÓRIOS ACOLHIDOS, APENAS PARA RECONHECER O IMPEDIMENTO, SEM EFEITOS INFRINGENTES.

1. Como bem apontou o Embargante, a Exma Ministra MARILZA MAYNARD (Desembargadora convocada do TJ/SE) não poderia exercer jurisdição no julgamento do agravo regimental ora embargado, pois participou da sessão de julgamento realizada pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe que, por unanimidade, desproveu os embargos infringentes opostos contra o acórdão de recurso em sentido estrito que, por maioria, manteve a sentença que o pronunciou.

2. Entretanto, **apesar de ser impedido de votar neste Colegiado o Ministro do Superior Tribunal de Justiça que tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, a irregularidade apontada não tem o condão de inquinar de nulo o pronunciamento unânime desta Quinta Turma, posto que não influiu no resultado do julgamento.**

3. Embargos de declaração acolhidos, sem efeitos infringentes, apenas para declarar o impedimento da Exma Ministra MARILZA MAYNARD (Desembargadora convocada do TJ/SE).”

(EDcl no AgRg no AREsp nº 136.586/SE, Quinta Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 1º/2/2013).

“HABEAS CORPUS ORIGINÁRIO. PROCESSO PENAL. DECRETO-LEI N.º 201/1967. 1. MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA. AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. JULGAMENTO DO MÉRITO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



DEFESA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. 2. PARTICIPAÇÃO DE DESEMBARGADOR IMPEDIDO NO JULGAMENTO DA AÇÃO PENAL E DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. DANO NÃO DEMONSTRADO. 3. ORDEM DENEGADA.

(...)

3. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, para que se tenha por comprometida a imparcialidade do julgamento, necessário é que o magistrado declarado impedido se manifeste sobre o mérito da causa. Em suma, para o reconhecimento da invalidade, deve se demonstrar que a subtração da manifestação do julgador declarado parcial alteraria o resultado final da decisão, o que não se observou no caso em exame.

4. Habeas corpus denegado, cassada a liminar.”

(HC nº 252.927/PB, Quinta Turma, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, DJe de 9/9/2013).

20. Portanto, no mesmo sentido do Processo nº 875/2002, não existe comprovação pelo recorrente de que a participação do em. Cons. **Paulo Tadeu** tenha gerado transtornos ou modificado os resultados das rr. Decisões precedentes à sua declaração de impedimento. A sua participação nos julgamentos, **per se**, não alterou o resultado final das decisões atacadas pelo recorrente, não havendo, portanto, qualquer nulidade processual.

21. Ultrapassada essas questões preliminares, ao adentrar à análise do mérito do recurso interposto, entendo, em consonância com a Unidade Técnica, que não assiste razão aos apelantes no que concerne às alegações apresentadas em suas irresignações. Explico meu entendimento.

22. No caso vertente, as análises efetuadas nos **Contratos nº. 34/2007 e n.º 35/2007**, resultantes do Pregão Eletrônico nº. 414/2006, demonstraram que os referidos ajustes foram rescindidos pela SE/DF em **18/12/2007** (fls. 943/945) e em **29/11/2007** (fl. 940), respectivamente, em razão de a Pasta não ter concedido a **readequação dos valores originalmente pactuados para assegurar o reequilíbrio econômico-financeiro** pleiteado pelas empresas **Viagens e Turismo Jovem Ltda. e Rodopax Transporte e Turismo Ltda.**, contratadas para prestação de serviços de transporte de alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal.

23. Por conseguinte, foram constatadas irregularidades na execução das referidas avenças, as quais não foram prestados de forma total ou parcial em razão de **inúmeros problemas decorrentes de provável desequilíbrio econômico-financeiro**,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



que teria refletido na prestação dos serviços de transporte escolar aos alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal na qualidade estabelecida contratualmente, fato que exigiria a pronta atuação dos executores para reverter eventuais irregularidades.

24. Diante de tais rescisões contratuais, a jurisdicionada celebrou o **Contrato n.º 41/2008**, emergencialmente, em **11/2/2008**, com vigência até **1/6/2008**, com a empresa **Transportes OK Ltda.** (fl. 949), o qual foi aditado, por meio do 2º Termo Aditivo (fls. 48/50 do Anexo II do Processo n.º 23.636/10), sob o pretexto de que a aditativa teria "(...) **por finalidade o reequilíbrio financeiro do Contrato n.º 41/2008** (...)". (Grifos acrescidos)

25. Isto posto, os senhores Gibrail Nabih Gebrim e Erichson Dias Noronha foram apenados com multa em função do **indeferimento imotivado do reequilíbrio econômico-financeiro** pleiteado nos **Contratos n.ºs 34/2007 e 35/2007** e posterior reajustamento concedido no Contrato n.º 41/2008, que os substituiu. Além disso, o Sr. Gibrail Gebrim foi sancionado também pela **irregularidade na execução do Contrato n.º 39/2007**.

26. Sobre o tema, é de se mencionar que o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro é constitucionalmente assegurado, conforme disposto no art. 37, XXI, da Lei Maior, **in verbis**:

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante **processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei**, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

27. Pode a equação econômico-financeira, intangível por disposição constitucional, ser considerada como "a relação entre encargos e vantagens assumidas pelas partes do contrato administrativo, estabelecida por ocasião da contratação, e que deverá ser preservada ao longo da execução do contrato"¹.

28. Ao abrigo desse dispositivo, a Lei n.º 8.666/1993 trouxe, em seu art. 40, XI, a obrigatoriedade de os editais de licitação conterem "critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela". Na mesma linha, o art. 55, III, do citado diploma dispõe que os contratos administrativos deverão

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 11ª ed. São Paulo: RT, 2015, p. 526.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



conter cláusulas que estabelecerão “o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento”.

29. Ainda seguindo o escólio de **Marçal Justen Filho**², tenho por pertinente distinguir os instrumentos para a recomposição da equação econômico-financeira (**reajustamento**), sobretudo a **revisão**, o **reajuste** e a **repactuação de preços**.

30. A **revisão** de preços se relacionaria aos casos em que a modificação decorre de **alteração extraordinária nos preços**, não vinculada a variações inflacionárias; “Isso se passa quando a atividade de execução do contrato sujeita-se a uma excepcional e anômala elevação (ou redução) de preços (que não é refletida nos índices comuns de inflação) ou quando os encargos contratualmente previstos são ampliados ou tornados mais onerosos.”

31. De outra banda, o **reajuste** de preços se refere basicamente às alterações de preços dos insumos, passando a Administração a prever, desde logo, a variação dos preços contratuais segundo a variação de índices (predeterminados ou não); “Trata-se da alteração dos preços para compensar (exclusivamente) os efeitos das variações inflacionárias. (...) O reajuste baseia-se em índices setoriais vinculados às elevações inflacionárias quanto a prestações específicas. Já a atualização financeira se refere aos índices gerais de inflação.”

32. Por fim, a chamada **repactuação** foi instituída no âmbito federal, tomando em vista especificamente as contratações de serviços de natureza continuada. “A figura em tela assemelha-se ao reajuste, no sentido de ser prevista para ocorrer a cada doze meses ou quando se promover a renovação contratual. Mas aproxima-se da revisão de preços quanto ao seu conteúdo: trata-se de uma discussão entre as partes relativamente às variações de custo efetivamente ocorridas. Não se promove a mera e automática aplicação de um indexador de preços, mas examina-se a real evolução de custos do particular.”

33. Essas definições embasaram o voto condutor do v. Acórdão nº 3.040/2008-TCU e também a deliberação da c. **Primeira Câmara** daquela e. **Corte** proferida nos autos do Processo nº 9.107/2002-4, conforme excertos a seguir transcritos:

“(…)”

10. Para que não restem dúvidas quanto à configuração, no caso em concreto, das condições necessárias para a

² JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. São Paulo: Dialética, 2012, p. 906, 908 e 911.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6

Fls.:

Proc.: 34.798/06

Rubrica

concessão de repactuação, consideramos oportuno discorrer sobre o tema repactuação, diferenciado este dos demais institutos previstos na legislação para manutenção da equação econômica-financeira original do contrato: reajuste, atualização financeira, revisão e repactuação.

10.1. Reajuste (ou reajustamento) é o instituto que se destina a compensar o desequilíbrio econômico-financeiro resultante do aumento dos custos de execução do contrato causado pela inflação. Está autorizado pelas disposições do arts. 40, inciso XI, 55, inciso III e 65, § 8º, da Lei n. 8.666/93 e pelos arts. 2º e 3º da Lei n. 10.192/01. Baseia-se no estabelecimento prévio, **no edital, de índices que reflitam a variação dos custos de execução do contrato.** A estipulação de reajuste é admitida exclusivamente para os contratos de prazo de **duração igual ou superior a um ano.** A periodicidade mínima de concessão é um ano.

(...)

10.3 Revisão de preços (ou reequilíbrio ou recomposição) é o instituto previsto no Inciso II, item 'd', §§ 5º e 6º, todos do art. 65 da Lei n. 8.666/93. Tem por objeto o restabelecimento da relação entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração pactuados inicialmente, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis bem como nos casos de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração.

10.4. O direito à revisão independe de previsão em edital ou contrato ou de transcurso de prazos. As alterações de preços estão autorizadas sempre que ocorrerem fatos imprevisíveis que desequilibrem significativamente as condições originalmente pactuadas e devem retratar a variação efetiva dos custos de produção.

(...)"

(Acórdão nº 1.309/2006, **Primeira Câmara**, Min. Rel. **Guilherme Palmeira**).

34. In casu, examinando os documentos constantes dos autos, causa estranheza o fato de, após 08 (oito) meses da dissolução dos **Contratos n.º 34/2007 e n.º 35/2007**, a jurisdicionada celebrar aditivo contratual com a finalidade de reequilíbrio financeiro, **o qual não teria sido concedido anteriormente às empresas inicialmente contratadas quando acusaram necessidade desses ajustes tarifários**, levantando graves dúvidas quanto aos motivos e procedimentos adotados para as contratações realizadas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6

Fls.:

Proc.: 34.798/06

Rubrica

35. Compulsando os autos em apreço, observo que a empresa **Viagens e Turismo Jovem Ltda.**, em reunião realizada entre os representantes da Corregedoria-Geral do Distrito Federal, da Assessoria Jurídica e outras representantes da SE/DF, e das empresas prestadoras de serviços de transporte escolar aos alunos da rede pública de ensino distrital, ocorrida em 29.05.2007, cuja ata encontra-se acostada aos autos (cópia às fls. 1.280/1.284), **anunciou que** “(...) embora o senhor Corregedor tenha feito recomendações e mesmo dado prazo de dois meses para ajustes, nada disso repercutiu no ambiente da Administração do contrato em tela. Percebemos que o crescimento da quilometragem atropelou os limites legais, chegando a mais de 50% (cinquenta por cento) da proposta do Edital; enquanto o outro fator objeto da contratação, o quantitativo de alunos foi além de 80% (oitenta por cento), arrastando nessa esteira visível desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos obrigando, portanto, a denunciá-lo” (fl. 1.279). (Grifos acrescentados)

36. Nessa esteira, a empresa **Rodopax Transportes e Turismo Ltda.**, em resposta ao Ofício n.º 096/2007–DAE (fl. 1.331), que solicitou a explicitação dos motivos que a levaram a denunciar o Contrato n.º 35/2007 e pleitear a sua dissolução, contrapõe números constantes do Pregão Eletrônico n.º 414/06-SUCOM/SEF com os efetivamente praticados no aludido ajuste, revelando que os preços e condições praticadas na execução contratual eram inexequíveis (fl. 1.333).

37. Dessa forma, ainda que, conforme anunciado pelos recorrentes, não tenham sido trazidos aos autos elementos demonstrando solicitação formal das empresas **Viagens e Turismo Jovem Ltda.** (Contrato n.º 34/2007) e **Rodopax Transportes e Turismo Ltda.** (Contrato n.º 35/2007), resta evidenciado que os motivos para as solicitações das dissoluções contratuais limitavam-se a um único aspecto, qual seja, o desequilíbrio econômico-financeiro na execução dos ajustes. Tal fato era de pleno conhecimento dos gestores responsáveis pela execução dos contratos ora mencionados.

38. Nessa toada, oportuno rememorar o exposto no **Parecer n.º 1.807/2012-DA** (fls. 1405/1419), de lavra da d. **Terceira Procuradoria**, como segue:

“39. Apesar da ausência de registro formal de solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, os elementos constitutivos dos autos revelam a existência de inadequações nos preços, quilômetros rodados e quantitativos de alunos transportados, no que se refere aos Contratos n.º 34/2007 e n.º 35/2007, as quais foram “ajustadas” no Contrato n.º 41/2008.” (Grifos acrescentados)

39. Dessarte, em concordância com o entendimento da Unidade Técnica, esta Primeira Procuradoria conclui pelo **não provimento**,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6

Fls.:

Proc.: 34.798/06

Rubrica

quanto ao mérito, dos pedidos de reexame apresentados pelos Srs. Srs. Erichson Dias Noronha e Gibrail Nabih Gebrim.

*40. Ante o exposto, este **Ministério Público de Contas converge** com a análise feita pela percuciente Unidade Técnica, propondo ao e. **Plenário** que acolha **in totum** as sugestões contidas na Informação nº 144/2017-2ªDIACOMP (fls. 1824/1841)."*

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



VOTO

10. Nesta fase examinam-se os Pedidos de Reexame interpostos pelos Srs. Erichson Dias Noronha (fls. 1765/1780) e Gibrail Nabih Gebrim (fls. 1811/1818) em face da Decisão nº 2.772/17-CMM, que lhes aplicou a multa individual de R\$ 17.391,29, em razão das seguintes irregularidades verificadas na prestação dos serviços de transporte escolar de alunos da rede pública de ensino do DF:

a) indeferimento do reequilíbrio econômico-financeiro inicialmente pleiteado nos Contratos nºs 34/2007 e 35/2007 e, posterior, reajustamento tarifário concedido no Contrato nº 41/2008, que os substituiu;

b) irregularidades da execução dos Contratos nºs 38/2007 e 39/2007.

11. A Instrução, com respaldo do douto **Parquet**, sugere o desprovimento do apelo.

12. Passa-se à apreciação da matéria.

13. Assiste razão aos Pareceres. Não merece prosperar a afirmação de houve falta de citação para apresentar razões de justificativa. Os ora recorrentes foram devidamente cientificados do teor da Decisão nº 2.109/13-CPT³ e da Decisão nº 2.731/13-CPT⁴ (fls. 1467 e 1469) e tiveram

³ DECISÃO nº 2109/13-CPT: “O Tribunal, por maioria, acolhendo voto do Conselheiro PAULO TADEU, que tem por fundamento o parecer do Ministério Público, decidiu: [...] III. autorizar, em consequência, a audiência dos agentes abaixo relacionados, nos termos do artigo 13, inciso III, da Lei Complementar n.º 01/94, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa sobre as falhas e/ou impropriedades que lhe são atribuídas nos autos, a saber: [...] b) Sr. Gibrail Nabih Gebrim, Chefe da Unidade de Administração Geral da SE/DF e signatário dos Contratos nºs 34/2007 e 35/2007 e do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 39/2007, para que apresente documentação comprobatória e se manifeste sobre: 1) o indeferimento do reequilíbrio econômico-financeiro inicialmente pleiteado nos referidos ajustes e do posterior reajustamento tarifário concedido no Contrato n.º 41/2008, que os substituiu; 2) as questões relativas à inexecução total ou parcial dos Contratos nºs 34/2007 e 35/2007; 3) a regularidade na execução do Contrato n.º 39/2007; c) Sr. Erichson Dias Noronha, Chefe da Unidade de Administração Geral da SE/DF e signatário dos Contratos nºs 38/2007, 39/2007 e 41/2008, para que apresente documentação comprobatória e se manifeste sobre: 1) o indeferimento do reequilíbrio econômico-financeiro inicialmente pleiteado nos Contratos nºs 34/2007 e 35/2007 e do posterior reajustamento tarifário concedido no Contrato nº 41/2008, que os substituiu; 2) a regularidade na execução dos Contratos nºs 38/2007 e 39/2007; d) Sra. Renata de Melo Monteiro e Silva e Sr. Dalmo Vieira Santos, executores dos Contratos e-DOC D8E0AABE nºs 34/2007 e 35/2007, para que se manifestem sobre a inexecução total ou parcial dos citados ajustes; [...]”

⁴ DECISÃO nº 2731/13-CPT: “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) tomar conhecimento dos Embargos de Declaração de fls. 1449/1453, suspendendo os efeitos da Decisão n.º 2.109/2013; II) dar provimento ao referido recurso para que seja corrigida a decisão embargada, tão somente no sentido de que: 1) a audiência prevista no item III da Decisão n.º 2.109/2013 passe a ser fundamentada no “(...) artigo 43, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/94 (...)”; 2) a redação do item IV da Decisão n.º 2.109/2013 passe a figurar nos seguintes termos: “IV. autorizar o envio de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.6



prazo suficiente para se manifestarem (aproximadamente 4 anos até o julgamento de mérito).

14. No que tange ao incidente suscitado, em 27.2.2013, observa-se que a questão foi resolvida em 3.3.2016, com o despacho do nobre Conselheiro PAULO TADEU (fl. 1738), reconhecendo seu impedimento para atuar nos autos.

15. Importa destacar que de 27.2.2013 até 3.3.2016, a Corte emitiu apenas duas deliberações: Decisão nº 2.109/13-CPT, que determinou a audiência dos gestores, e Decisão nº 2.731/13-CPT, que deu provimento aos embargos de declaração para retificar o texto da primeira deliberação. Portanto, o nobre Conselheiro PAULO TADEU não participou de decisões de mérito, o que afasta a nulidade processual aventada.

16. Por fim, o argumento de que não houve solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos nºs 34/2007 e 96/2007, é refutado pelos documentos de fls. 1279 e 1333, de 8.1.2008 e 3.1.2008, das empresas Jovem Turismo Ltda. e Rodopax Transportes e Turismo Ltda.

Assim, diante do exposto, em harmonia com os Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. negue provimento aos Pedidos de Reexame interpostos pelos Srs. Erichson Dias Noronha (fls. 1765/1780) e Gibrail Nabih Gebrim (fls. 1811/1818), mantendo-se os termos da Decisão nº 2.772/17 e do Acórdão nº 206/17;

II. dê ciência da decisão que vier a ser proferida aos recorrentes;

III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências devidas.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 2018.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição de cópias antecipadas

cópia desta decisão aos interessados e o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para a adoção das providências cabíveis”..”